



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 005/2023

PROCESSO	0002799-17.2022.4.01.8007
OBJETO	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular dos bens móveis da Seção Judiciária da Justiça Federal no Maranhão, compreendendo os veículos oficiais da Seção Judiciária do Maranhão - Sede e das Subseções Judiciárias de Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz -MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
TIPO DE LICITAÇÃO	Menor Preço.
FUNDAMENTO LEGAL	Lei n. 10.520, de 17.07.2002, Decreto n. 3.555, de 08.08.2000, Decreto n. 10.024, de 20.09.2019, Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006, e Lei n. 8.666/93 e alterações.
ABERTURA	Data: 24/03/2023 Hora: 10:30 (dez horas e trinta minutos) – horário de Brasília/DF. Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br .
TELEFONE	(98) 3214-5754 – CPL/PREGÃO

O(A) Pregoeiro(a) da Justiça Federal - Seção Judiciária do Maranhão, designado(a) pela Portaria/Diref N.181, de 25.08.2022, da Diretoria do Foro desta Seccional, publicada 25 de agosto de 2022, torna público que será realizado o certame licitatório em epígrafe, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto n. 3.555, de 08.08.2000, do Decreto 10.024, de 28.10.2019, da Lei Complementar n. 123/2006, e, subsidiariamente, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo em tudo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivos anexos.

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular dos bens móveis da Seção Judiciária da Justiça Federal no Maranhão, compreendendo os veículos oficiais da Seção Judiciária do

Maranhão - Sede e das Subseções Judiciárias de Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz -MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 A contratação de SEGURO TOTAL (cobertura compreensiva), com assistência 24 (vinte e quatro) horas, de 18 (dezoito) veículos que compõem a frota de veículos oficiais da Seção Judiciária do Maranhão.

Nº	VEÍCULO	LOCALIZAÇÃO	CLAS. DE BÔNUS	VALOR DE MERCADO FIIPE (R\$)
01	TOYOTA/HILUX CD 4XD 2.8 TB 4p. MT DIESEL RON7H81, 2022/2022	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 229.670,00
02	GM/Cobalt, 2013/2013, Placa OIZ-5706.	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 38.314,00
03	Toyota Hilux CD 4X4, 2008/2008, Placa NDU-7763.	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 92.005,00
04	Fiat Cronos 1.3 Flex, Ano/Modelo 2021/2022 Placa ROG5D68,	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 73.828,00
05	Ford/Fiesta Sedan 1.6 2013/2013, placa OJH-2403	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 34.398,00
06	Ford/Fiesta Sedan 1.6 2014/2014, Placa OXU-3275	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 36.054,00
07	GM/Spin. 2014/2015, Placa PSA-4592	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.543,00
08	GM/Spin. 2014/2015, Placa PSA-4602	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.543,00
09	Citroen/C4 pallas automático, 2.0, 2012, placa JDX- 1324	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 30.635,00
10	Renault/Logan 1.6 Expression, 2017/2018, placa PTA-3446	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.636,00

11	Renault/Logan 1.6 Expression, 2017/2018, Placa PTA-8965	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.636,00
12	Renault Master Minibus 2.3 executive, 2017/2018, placa PTA-7219	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 160.286,00
13	Ford Ranger XL 4X4 2011/2012, Placa NXN-6907	Subseção Judiciária de Bacabal/MA	10	R\$ 69.452,00
14	VW/Amarok SE 4X4, 2013/2013, Placa OJG-2379	Subseção Judiciária de Balsas/MA	10	R\$ 91.320,00
15	Ford KA+ Sedan SE 1.5 SD, Ano/Modelo 2020, Placa PTX6B62	Subseção Judiciária de Caxias/MA	10	R\$ 57.698,00
16	Fiat/palio weekend, 2006/ placa HQB-8285	Subseção Judiciária de Caxias/MA	10	R\$ 20.678,00
17	Ford/ecosport, 2016, placa PSN-0053	Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	10	R\$ 67.172,00
18	Ford KA+ Sedan SE 1.5 SD, Ano/Modelo 2020, Placa PTX6B66	Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	10	R\$ 57.698,00

1.3 Os referidos veículos possuem seguro atualmente, conforme a Apólice 2143000091931, com vigência até o dia 15/05/2023;

2. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. No dia, hora e local abaixo indicados se fará a abertura do certame:

DATA: 24/03/2023, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: 10h30min (dez horas e trinta minutos) - horário de Brasília/DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do site **www.comprasgovernamentais.gov.br**.

3.2. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

3.3. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

3.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo a Justiça Federal – Seção Judiciária do Maranhão, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão.

3.5. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.5.1. Que se encontrem em regime de concordata ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução, liquidação;

3.5.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração suspensos ou que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

3.5.3. Que estejam reunidas em consórcio de empresas e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.5.4. Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

3.5.5 Não poderá haver a participação de empresas que se enquadrem em ME /EPP, conforme o normativo da Lei Complementar - LC 123/2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

§ 4º **Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:**

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, **de seguros privados** e de capitalização ou de previdência complementar;

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do Pregão Eletrônico, a licitante deverá se credenciar no sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site **www.comprasgovernamentais.gov.br**.

4.1.1. O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao

Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Justiça Federal – Seção Judiciária do Maranhão, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecido para a sessão pública (10h30min do dia 24 de março de 2023) (horário de Brasília/DF), exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. A Proposta de Preços contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.2. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

5.5. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar:

a) Preço unitário e total para o item licitado em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais, e por extenso, compatíveis com os preços correntes no mercado. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro e entre os valores em algarismos e os expressos por extenso, serão levados em conta estes últimos;

a.1) É obrigatória a cotação de todas as parcelas componentes do item licitado;

b) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo e, necessárias ao fornecimento dos serviços;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes dos serviços ofertados, observadas as especificações mínimas contidas neste Edital;

d) Conter prazo de vigência do seguro de 12 (doze) meses, contado a partir da data especificada no Termo de Referência;

e) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

f) Conter os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

5.6. Os preços cotados deverão ser líquidos, devendo estar neles incluídas todas as despesas de quaisquer naturezas, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação, já deduzidos os

abatimentos eventualmente concedidos.

5.7. Não serão admitidas retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez recebidas as propostas, exceto no caso de nova disputa por meio de lances inseridos no sistema eletrônico, conforme previsto no Edital.

5.8. Não sendo emitida a Nota de Empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias se o proponente, consultado pela Justiça Federal, assim concordar.

5.9. A proposta vencedora ajustada ao lance dado na sessão do Pregão deverá ser imediatamente encaminhada ao Pregoeiro, no prazo máximo de 04 (quatro) horas contadas a partir da suspensão da Sessão Pública, devidamente comunicada pelo Pregoeiro aos licitantes através de chat, para recebimento e exame preliminar da citada documentação, através do correio eletrônico **pregao.ma@trf1.jus.br**.

Caso haja impossibilidade de acesso ao sistema compras governamentais, a proposta, bem como as documentações complementares exigidas no edital, poderão ser enviadas através do e-mail pregao.ma@trf1.jus.br, devendo tão logo seja resolvido o problema, as documentações serem anexadas ao sistema.

As documentações complementares exigidas no edital só serão aceitas fora do prazo mencionado mediante solicitação da proponente no próprio chat ou via e-mail pregao.ma@trf1.jus.br e anuência do pregoeiro, ainda dentro das 04 (quatro) horas.

6. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O início da Sessão Pública, via sistema eletrônico (internet), será na data e horário previstos neste Edital e realizar-se-á de acordo com o Decreto n. 10.024, de 20.09.2019, com a divulgação das propostas de preços recebidas em conformidade com o item 6 e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações de fornecimento dos serviços detalhados no presente Edital e seus Anexos.

6.2. Durante a etapa dos lances não será possível a identificação dos participantes, nem dos autores dos menores lances.

6.3. Os licitantes deverão, durante a Sessão Pública do Pregão, atentar para as informações e recomendações efetuadas pelo Pregoeiro através de chat, não cabendo alegações posteriores de desconhecimento das mesmas.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.1.1 Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

7.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1. Será aberta a etapa competitiva (Sessão Pública) para as licitantes classificadas, que poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.7.2. Após a etapa de envio de lances, haverá aplicação dos critérios do § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7.3. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos acima, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

7.7.4. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.10.1. A proposta vencedora ajustada após a fase deverá ser imediatamente encaminhada ao Pregoeiro, no prazo máximo de 04 (quatro) horas contadas a partir da suspensão da Sessão Pública, devidamente comunicada pelo Pregoeiro aos licitantes através de chat, para recebimento e exame preliminar da citada documentação, por meio do correio eletrônico pregao.ma@trfl.jus.br

7.10.2. Caso haja impossibilidade de acesso ao sistema compras governamentais, a proposta, bem como as documentações complementares exigidas no edital, poderão ser enviadas através do email pregao.ma@trfl.jus.br, devendo tão logo seja resolvido o problema, as documentações serem anexadas ao sistema.

7.10.3. As documentações complementares exigidas no edital só serão aceitas fora do prazo mencionado mediante solicitação da proponente no próprio chat ou via e-mail pregao.ma@trfl.jus.br e anuência do pregoeiro, ainda dentro das 04 (quatro) horas.

7.11. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do seu detentor.

7.12. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema

poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.12.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.13. O modo de disputa do pregão será pelo sistema aberto, com valor estimado R\$ 18.996,98, e o intervalo mínimo entre os lances no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Após o fechamento da etapa de lances e suspensão da Sessão o Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério do **menor preço global**, podendo encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance de menor valor para que seja obtido preço melhor, bem como poderá declará-la vencedora.

8.2. Após a análise e a aceitação da proposta, enviada via e-mail ou em original, quando for o caso, após negociação e decisão acerca do valor, o Pregoeiro adjudicará o respectivo item à licitante vencedora.

8.3. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço global**, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.3.1. Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço menor.

8.4. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, segundo o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Para habilitação neste Pregão Eletrônico, a empresa interessada deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e com a DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA em plena validade.

9.1.1. Finalizada a etapa de lances, a empresa participante terá sua situação de regularidade junto ao SICAF confirmada mediante verificação "on - line" do Sistema.

9.1.2 Conforme Acórdão 1793/2011-Plenário do TCU, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6. A documentação exigida para atender ao disposto na regularidade fiscal, trabalhista e FGTS poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF válido à época da licitação.

Conforme ENUNCIADO 5 DO CJF:

ENUNCIADO 5 Em atenção aos princípios da eficiência e do formalismo moderado e em face do caráter instrumental dos procedimentos licitatórios, ainda que não apresentados na oportunidade prevista em regulamento e/ou no edital, será admitida a juntada posterior de documentos de habilitação referentes às declarações emitidas unilateralmente pelo licitante.

9.2. Todas as licitantes também deverão apresentar a seguinte documentação para fins de habilitação:

9.2.1	Prova de regularidade , emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro;
9.2.2	Declaração , observadas as sanções legais cabíveis, de superveniência de fatos impeditivos da habilitação, a qual será exigida apenas em caso positivo.
9.2.3	Declaração , sob as penas da lei, de que não contratará durante a vigência da avença decorrente deste certame empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de ocupantes de cargo de direção e assessoramento ou de juízes vinculados à Seção Judiciária do Maranhão, nos termos do artigo 3º da Resolução Nº. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça, e ainda de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

9.2.4	Declaração de elaboração independente de proposta.
9.2.5	Atestado de Vistoria ou declaração de dispensa
9.2.6	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT , obtida no link http://www.tst.jus.br , do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (http://www.csjt.jus.br), e dos Tribunais Regionais do Trabalho na Internet, os quais manterão, permanentemente, hiperlink de acesso ao sistema de expedição;
9.2.7	Certidões de Regularidade Fiscal (Receita Federal e INSS), FGTS , certidão de regularidade da Fazenda Estadual da sede da licitante, da fazenda Municipal da sede da licitante, conforme previsão no termo de referência;

9.3 Como condição de habilitação no Certame, deverá a licitante **apresentar prova de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.**

9.4. Após solicitação expressa do Pregoeiro, a licitante deverá encaminhar, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, contadas a partir da suspensão da Sessão Pública, os documentos complementares habilitatórios através do sistema comprasgovernamentais.

Caso haja impossibilidade de acesso ao sistema comprasgovernamentais, a proposta, bem como as documentações complementares exigidas no edital, poderão ser enviadas através do email pregao.ma@trfl.jus.br, devendo tão logo seja resolvido o problema, as planilhas e documentações serem anexadas ao sistema.

A documentação complementar exigida no edital só será aceita fora do prazo mencionado no item acima mediante pedido de prorrogação da proponente no próprio chat ou via e-mail pregao.ma@trfl.jus.br, ainda dentro do prazo máximo estipulado, e anuência do pregoeiro.

9.5. Os documentos solicitados para habilitação deverão estar dentro do prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, serão considerados válidos até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua emissão, ressalvados os casos que se originarem de legislação específica.

10. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 Qualquer pessoa até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

10.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste instrumento, decidir sobre a petição no prazo de 02(dois) dias úteis

10.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

10.4 Qualquer pessoa até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública poderá solicitar esclarecimentos referentes ao processo licitatório.

O prazo para resposta do pedido de esclarecimento é no prazo de 2 dias úteis , conforme Decreto 10024/2019 :

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

10.5 Os pedidos de esclarecimentos e os pedidos de impugnação deverão ser enviados ao pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e - mail pregao.ma@trfl.jus.br.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarada a vencedora, admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, compreendida a manifestação prévia da licitante, durante a Sessão Pública, o encaminhamento de memoriais e eventuais contra-razões pelas demais licitantes, realizados no âmbito do Sistema Eletrônico, em formulário próprio.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

11.2.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

11.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, salvo aqueles do art. 109, I "a" e "b" da Lei 8666/93, conforme art. 109, §2º da Lei 8666/93.

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da Diretoria do Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Maranhão, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

11.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Compras e Licitações, no 1º Andar, Anexo II do Edifício-Sede da Justiça Federal, na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís, Maranhão, nos dias úteis, no horário das 9h às 17h (horário local).

11.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto e homologará o procedimento licitatório.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da vigência do contrato, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluindo os primeiros 12 (doze) meses.

12.2 O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por igual período a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Prestação regular dos serviços.
- b) Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.
- c) Permanência da vantagem econômica para o Contratante.
- d) Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.
- e) Contratada não houver sido impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 No caso de prorrogação do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar nova apólice de seguro, com vigência para o novo período de 12 (doze) meses, sem interrupção com o período anterior.

12.4 A SEVIT apresentará à contratada o Valor Segurado, para fins da apresentação da nova apólice.

12.5 A taxa de prêmio - também denominada taxa comercial ou taxa de tarifa, obtida mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada, a cada prorrogação, não deverá exceder o percentual fixado na proposta vencedora, incorporada ao contrato inicial.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes da presente contratação, tendo em conta que o valor por grupo proposto é líquido e certo.

13.2 Informar à Contratante, antes do início da vigência do seguro, os impedimentos à formalização do seguro, justificando-os e comprovando-os.

13.3 Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis -veículos, conforme os prazos estipulados no item 11.3 e 11.4 seguinte ao recebimento do aviso do sinistro, caso entenda que seja necessário;

13.4 Garantir a plena cobertura do bem móvel - veículo até o limite de valor declarado pela Contratante durante o prazo da apólice.

13.5 Comunicar a Contratante toda e qualquer irregularidade que observar na execução do contrato.

13.6 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da SUSEP – Superintendências de Seguros Privados.

13.7 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

13.8 Designar preposto, aceito pela JFMA, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, devendo fornecer e-mail e número de telefone em constante atualização para a devida comunicação com este órgão, sob pena de configurar descumprimento contratual e abertura de penalidade.

13.9 Executar os serviços de seguro veicular de forma a garantir sempre o máximo de resultados e provocar o mínimo de transtorno para a Justiça Federal no Maranhão quando forem acionados.

13.10 Ocorrendo sinistro, A SEGURADORA deverá realizar a liquidação dos sinistros, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento de todas as exigências feitas ao segurado.

13.11 Os bens deverão estar segurados contra os riscos previstos neste Termo de Referência durante o prazo da apólice.

13.12 Responder pelos danos causados diretamente a JFMA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela JFMA.

13.13 Não subempregar global ou parcialmente os serviços avençados;

13.14 Prestar todas as informações solicitadas pela JFMA de forma clara, concisa e lógica;

13.15 A licitante vencedora fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993.

13.16 Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, consoante prazo regulamentar estabelecido pela superintendência de seguro privado - SUSEP;

13.17 Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela Seção Judiciária do Maranhão, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato (Arts. 78, inciso I e 87, da Lei nº 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, e na Lei.

13.18 A licitante vencedora se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente, em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

13.19 A CONTRATADA deverá emitir a apólice com especificações claras e detalhadas das coberturas, franquias e valor do prêmio de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

13.20 Entregar a apólice do seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, por meio eletrônico preferencialmente com confirmação de recebimento ou excepcionalmente à Seção de Segurança, Vigilância e Transporte da Seção Judiciária do Maranhão-SEVIT– e-mail: sevit.ma@trf1.jus.br, telefone (98) 3214-5706, situada na Avenida Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís/MA., em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 as 17 horas;

13.21 Providenciar as alterações na apólice solicitadas pela CONTRATANTE, através de endosso, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da comunicação do fato por parte da CONTRATANTE.

13.22 O fato de a SEGURADORA deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei;

13.23 Colocar à disposição da Contratante, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de ocorrência de sinistro ou de outras solicitações, a qual poderá ser acionada por e-mail, telefone, fax ou serviço online;

13.24 Cumprir com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, inerentes às condições determinadas no presente Termo de Referência;

13.25 A SEGURADORA permanece como única e total responsável perante o SEGURADO, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente, quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

13.26 Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o SEGURADO cobrir o débito até a data do vencimento, ou no 1º dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

13.27 Poderá haver alterações no seguro, tais como inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, na forma do art. 65 da Lei 8666/93, devendo ser emitido o respectivo endosso;

13.28 A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso do SEGURADO.

13.29 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução dos serviços ora contratados;

14.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

14.3 Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer sinistro que tenha conhecimento;

14.4 Providenciar o Registro de Ocorrência junto aos Órgãos competentes, em casos de sinistros;

14.5 Fornecer à CONTRATADA ou facilitar o acesso a toda espécie de informação sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;

14.6 Aguardar autorização da CONTRATADA para iniciar a reparação dos danos ocorridos nos bens móveis - veículos na respectiva oficina credenciada pela CONTRATADA;

14.7 Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Termo de Referência;

14.8 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e neste Termo de Referência;

15. DO PAGAMENTO

15.1 DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

15.1.1 Para efeitos de pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar documento de cobrança, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta-corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

15.1.2 A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

a) Certidão de regularidade com a Seguridade Social;

b) Certidão de regularidade com o FGTS;

c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

e) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.1.3 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela licitante vencedora, no Setor de Protocolo da Seção Judiciária do Maranhão, localizado no edifício sede, situado na Av. Senador Vitorino Freire – Areinha, nº 300, São Luís – MA, CEP – 65025-470 ou enviado ao email: sevit.ma@trfl.jus.br;

15.1.4 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

15.1.5 Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do seu recebimento, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

15.1.6 O pagamento será efetuado em parcela única, mediante crédito em conta corrente até o 5 (cinco) dias úteis após o atesto do documento de cobrança e cumprimento da perfeita realização dos serviços e prévia verificação da regularidade fiscal da licitante vencedora.

16. DAS PENALIDADES

16.1 Em caso de descumprimento pela Contratada das obrigações previstas neste instrumento, o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até cinco anos (art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c o art. 49 do Decreto 1002/2019).

16.1.1 As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 16.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

16.2 A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002.

16.3 O atraso injustificado na execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual, com exceção da prevista no subitem 16.5 desta Cláusula, sujeitará a Contratada à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia ou hora de atraso, conforme critério de prazo estabelecido, calculada sobre o valor da obrigação estabelecida (prêmio), até o limite de 10 (dez) dias corridos, quando o prazo referir-se a dias, ou até 10 (dez) horas corridas, quando o prazo referir-se a horas.

16.3.1 A partir do 11º dia, para os prazos em dias, ou 11ª hora, para os prazos em horas, a multa por dia ou hora passa a ser de 0,8% (oito décimos por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 16.3.

16.4 Para as obrigações em que não haja previsão de prazo para a sua realização, o Contratante notificará a Contratada estabelecendo prazo para o seu cumprimento, vencido o prazo, a Contratada estará em mora, aplicando-se o disposto no subitem 16.3.

16.5 A inexecução total ou parcial deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não executada ou sobre o valor total contratado (prêmio), respectivamente..

16.6 A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que

impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

16.6.1 A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para cumprimento da obrigação deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

16.6.2 O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

16.7 Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 16.3.

16.8 As multas ou os danos/prejuízos apurados poderão ser descontados dos pagamentos porventura ainda devidos, ou recolhidos ao tesouro nacional, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/93.

16.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.10 O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Maranhão.

17.2. Para fazer face à despesa será emitida Nota de Empenho pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira desta Seccional.

18. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2. A critério do Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Maranhão a presente licitação poderá ser:

19.2.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

19.2.2. Revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse

público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

19.2.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.3. A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.

19.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente Edital.

19.5. A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

19.6. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

19.7. Cópia do edital e seus anexos serão fornecidos nos horários de 9h às 18h (horário local), pela Seção de Compras e Licitações (SECOM), no 1º andar do edifício sede da Seção Judiciária do Maranhão, situado na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís (MA), mediante pagamento do valor referente ao custo de reprodução gráfica, ou através de mídia eletrônica a ser fornecida pelo interessado, ou poderá ser obtido ainda através da internet no site **www.comprasgovernamentais.gov.br**.

19.8. Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas no presente Edital e submissão às normas nele contidas.

19.9. São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:

a) Anexo I	-	Termo de Referência;
b) Anexo II	-	Modelo de Declaração da Existência de Fatos Impeditivos da Habilitação (exigida somente em caso positivo);
c) Anexo III	-	Modelo de Declaração Negativa referente ao Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
d) Anexo IV	-	Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
E) Anexo V	-	Modelo de Declaração de Vistoria
F) Anexo VI		Minuta de Contrato

19.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.11. Maiores informações acerca da presente licitação e/ou quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto à Seção de Compras e Licitações (SECOM), no 1º andar do edifício sede da Seção Judiciária do Maranhão, situado na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís (MA), ou pelo fone/fax (98) 3214 5754, nos dias úteis, das 9h às 18h (horário local).

São Luís, xx de março de 2023.

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular dos bens móveis da Seção Judiciária da Justiça Federal no Maranhão, compreendendo os veículos oficiais da Seção Judiciária do Maranhão - Sede e das Subseções Judiciárias de Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz -MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 A contratação de SEGURO TOTAL (cobertura compreensiva), com assistência 24 (vinte e quatro) horas, de 18 (dezoito) veículos que compõem a frota de veículos oficiais da Seção Judiciária do Maranhão, conforme especificações constantes da tabela abaixo:

Nº	VEÍCULO	LOCALIZAÇÃO	CLAS. DE BÔNUS	VALOR DE MERCADO FIIPE (R\$)
01	TOYOTA/HILUX CD 4XD 2.8 TB 4p. MT DIESEL RON7H81, 2022/2022	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 229.670,00
02	GM/Cobalt, 2013/2013, Placa OIZ-5706.	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 38.314,00
03	Toyota Hilux CD 4X4, 2008/2008, Placa NDU- 7763.	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 92.005,00
04	Fiat Cronos 1.3 Flex, Ano/Modelo 2021/2022 Placa ROG5D68,	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 73.828,00
05	Ford/Fiesta Sedan 1.6 2013/2013, placa OJH-2403	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 34.398,00
06	Ford/Fiesta Sedan 1.6 2014/2014, Placa OXU-3275	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 36.054,00
07	GM/Spin. 2014/2015, Placa PSA-4592	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.543,00

08	GM/Spin. 2014/2015, Placa PSA-4602	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.543,00
09	Citroen/C4 pallas automático, 2.0, 2012, placa JDX- 1324	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 30.635,00
10	Renault/Logan 1.6 Expression, 2017/2018, placa PTA-3446	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.636,00
11	Renault/Logan 1.6 Expression, 2017/2018, Placa PTA-8965	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.636,00
12	Renault Master Minibus 2.3 executive, 2017/2018, placa PTA-7219	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 160.286,00
13	Ford Ranger XL 4X4 2011/2012, Placa NXN-6907	Subseção Judiciária de Bacabal/MA	10	R\$ 69.452,00
14	VW/Amarok SE 4X4, 2013/2013, Placa OJG-2379	Subseção Judiciária de Balsas/MA	10	R\$ 91.320,00
15	Ford KA+ Sedan SE 1.5 SD, Ano/Modelo 2020, Placa PTX6B62	Subseção Judiciária de Caxias/MA	10	R\$ 57.698,00
16	Fiat/palio weekend, 2006/ placa HQB-8285	Subseção Judiciária de Caxias/MA	10	R\$ 20.678,00
17	Ford/ecosport, 2016, placa PSN-0053	Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	10	R\$ 67.172,00
18	Ford KA+ Sedan SE 1.5 SD, Ano/Modelo 2020, Placa PTX6B66	Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	10	R\$ 57.698,00

1.3 Os referidos veículos possuem seguro atualmente, conforme a Apólice 2143000091931, com vigência até o dia 15/05/2023;

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se da necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Seguro Veicular, compreendendo os veículos pertencentes à Justiça Federal de Primeiro Grau no Maranhão localizados na justiça Federal Sede - São Luís e Subseções de Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz - MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2 Os bens patrimoniais móveis (VEÍCULOS) da Justiça federal no Maranhão, possuem valores significativos devendo ser mantidos e garantidos por meio de cobertura adequada de seguro.

2.3 O contrato em vigência expira em **15/05/2023 (0007759-89.2017.4.01.8007)**, sendo necessária nova contratação dos serviços a fim de que se possa dar continuidade à cobertura existente, haja vista os riscos e a imprevisibilidade de eventos a que a Administração está exposta.

2.4 Os serviços ora referenciados enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no art. 3, II do Decreto 10024/2019 (II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;), haja vista os padrões de desempenho e qualidade, e todas as características gerais e específicas de sua prestação, em que são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico..

2.5 A licitação adequada é a de adjudicação por preço global, por se tratar de apenas um item e o objeto não se adequar ao parcelamento do objeto pretendendo ganho em escala.

2.6 O critério de julgamento será o de menor preço global, destacando que a opção mencionada não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala, sendo necessário registrar, ainda, que a natureza dos serviços se ajusta a este critério de julgamento. Deve ser considerada, também, a economicidade gerada para a Administração, a dinamização do processo de execução e uniformização dos serviços, fiscalização e gestão do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos serviços em tela.

3. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

3.1 A presente contratação encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos da JFMA e respaldo na previsão orçamentária desta Casa.

3.3 A contratação está alinhada aos planos instituídos pelo órgão ou entidade tais como Plano de Desenvolvimento Institucional ou Planejamento Estratégico,

4. NATUREZA DO SERVIÇO E DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1 Trata-se de serviço comum, continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. , c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do ANEXO V da IN nº 05/2017.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 Por se tratar de serviço continuado, o contrato pode ser prorrogado com base no art. 57, II da Lei 8666/93 e que para a prorrogação deve ser realizada pesquisa de mercado para serviços similares, a fim de demonstrar que as condições e preços estão mais vantajosos para administração.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro dos bens móveis, compreendendo os seguintes os veículos discriminados na tabela do item 1, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

5.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.3 Não poderá haver a participação de empresas que se enquadrem em ME /EPP, conforme o normativo da Lei Complementar - LC 123/2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

6. ÁREA DE ATUAÇÃO E RISCOS COBERTOS

6.1 A cobertura mínima e da franquia será conforme a tabela abaixo:

EVENTO	COBERTURA MÍNIMA
Colisão, incêndio, roubo, furto (casco): danos parciais e totais.	100% do valor de mercado, tabela FIPE, observando-se ainda as demais condições definidas na observação abaixo.
Responsabilidade civil por danos materiais a terceiros.	R\$ 40.000,00
Responsabilidade civil por danos pessoais a Terceiros.	R\$ 40.000,00
Acidentes pessoais por passageiro (morte)	R\$ 20.000,00
Acidentes pessoais por passageiro (invalidez total ou parcial)	R\$ 20.000,00
Danos aos vidros	Troca e/ou reparo do para- brisas e dos vidros laterais e traseiro
Franquia	Normal, sendo possível estipular franquia diferenciadas, desde que não onerem o valor normal do prêmio

6.2 As coberturas contratadas devem estar indicadas expressamente na apólice de seguro, que compreenderá:

6.2.1 Roubo ou furto, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;

6.2.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

6.2.3 Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

6.2.4 Queda em precipícios ou pontes;

6.2.5 Queda de agentes externos sobre o veículo;

6.2.6 Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

6.2.7 Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

6.2.8 Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências;

6.2.9 Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

6.2.10 Danos causados durante o tempo em que, de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

6.2.11 Atos involuntários praticados por terceiros;

6.2.12 Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;

6.2.13 Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;

6.2.14 Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa RCF;

6.2.15 Acidentes Pessoais por Passageiros;

6.3. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à CONTRATANTE, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

7. DOS PREÇOS

7.1 O valor da proposta da licitante deve incluir todas as despesas e tributos que venham incidir na prestação dos serviços.

8. DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá conter todas as condições contratuais, além dos valores dos prêmios de cada veículo, conforme este Termo de Referência.

8.2. Os preços cotados deverão ter alíquota de IOF igual a zero, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007;

8.3. Apresentar, juntamente com a proposta a declaração:

8.3.1. De Vistoria, emitida pelo licitante, no caso de realização da vistoria;

8.3.2. Caso opte pela não vistoria, apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de

eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos veículos, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário - TCU

9. DA APÓLICE

9.1. Da apólice deverá constar o seguinte:

9.1.1. Identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ, as datas de início e fim de sua vigência, e descrição de cada veículo com suas devidas especificações, e valores em risco;

9.1.2. Prêmios discriminados por cobertura, Limites Máximos de indenização e Limites Máximos de Garantia da apólice;

9.1.3. O nome ou a razão social do segurado;

9.1.4. Todos os procedimentos para a liquidação de sinistros, com especificação dos documentos básicos necessários a serem apresentados para cada tipo de cobertura;

10. DA ASSISTÊNCIA

10.1 A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.

10.2 A assistência estender-se-á todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

11. DO AVISO DE SINISTRO

11.1. A SEGURADORA deverá colocar à disposição do SEGURADO, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de sinistro ou outras demandas que envolvem o presente objeto, podendo as solicitações serem efetuadas por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional, devendo fornecer número de protocolo de atendimento da chamada;

11.2. Após registro de sinistro, a SEGURADORA terá, no máximo, 02 (duas) horas, a contar do registro, nos canais de atendimento, para disponibilizar um guincho.

11.3 Após registro de sinistro, a SEGURADORA terá, no máximo, 02 (dois) dias úteis, a contar do registro, nos canais de atendimento, para realizar a vistoria no local em que se encontra o veículo, no caso de veículos localizados em São Luís - MA, e proceder às devidas formalidades, visando efetivar o reparo no veículo ou o pagamento da indenização aplicável ao caso, sob pena de abertura de penalidade de multa prevista no item 17.3 e 17.3.1 deste termo de referência.

11.4 Após registro de sinistro, a SEGURADORA terá, no máximo, 03 (três) dias úteis, a contar do registro, nos canais de atendimento, para realizar a vistoria no local em que se encontra o veículo, no caso de veículos localizados em local que não seja a Cidade de São Luís - MA, e proceder às devidas formalidades, visando efetivar o reparo no veículo ou o pagamento da indenização aplicável ao caso, sob pena de abertura de penalidade de multa prevista no item 17.3 e 17.3.1 deste termo de referência.

11.5 Os itens 11.3 e 11.4 podem ser dispensáveis, caso a SEGURADORA, assim o considere, a desnecessidade de realização da vistoria;

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 A apólice será recebida, provisoriamente, pela Seção de Segurança Vigilância e Transporte - SEVIT da Seção Judiciária do Maranhão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis para verificação da adequação do objeto às especificações exigidas neste Termo de Referência.

12.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, no todo ou em parte, disposições contidas na apólice que estejam em desconformidade com o exigido neste termo, cabendo à fiscalização não atestar a nota/fatura/recibo até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;

12.3 Após verificada a conformidade com as especificações técnicas, a apólice será recebida definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou atesto no documento de cobrança, que será remetido ao setor competente para pagamento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;

12.4 A apólice de seguro deverá atender às disposições do Decreto-Lei nº 73/66 e, em especial a regulamentação da Circular Susep 621/2021, a Circular Susep 639/2021 e alterações posteriores;

12.5 O prazo de vigência da apólice deve coincidir com o da nota de empenho ou do contrato, se houver, e a apólice de seguro deverá enquadrar-se nas normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e conter os dados do seguro, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações.

13. DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

13.1 DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

13.1.1 Para efeitos de pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar documento de cobrança, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta-corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

13.1.2 A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

- a) Certidão de regularidade com a Seguridade Social;
- b) Certidão de regularidade com o FGTS;
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.1.3 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela licitante vencedora, no Setor de Protocolo da Seção Judiciária do Maranhão, localizado no edifício sede, situado na Av. Senador Vitorino Freire – Areinha, nº 300, São Luís – MA, CEP – 65025-470 ou enviado ao email: sevit.ma@trfl.jus.br;

13.1.4 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

13.1.5 Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis

contado do seu recebimento, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

13.1.6 O pagamento será efetuado em parcela única, mediante crédito em conta corrente até o 5 (cinco) dias úteis após o atesto do documento de cobrança e cumprimento da perfeita realização dos serviços e prévia verificação da regularidade fiscal da licitante vencedora.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução dos serviços ora contratados;

14.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

14.3 Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer sinistro que tenha conhecimento;

14.4 Providenciar o Registro de Ocorrência junto aos Órgãos competentes, em casos de sinistros;

14.5 Fornecer à CONTRATADA ou facilitar o acesso a toda espécie de informação sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;

14.6 Aguardar autorização da CONTRATADA para iniciar a reparação dos danos ocorridos nos bens móveis - veículos na respectiva oficina credenciada pela CONTRATADA;

14.7 Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Termo de Referência;

14.8 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e neste Termo de Referência;

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes da presente contratação, tendo em conta que o valor por grupo proposto é líquido e certo.

15.2 Informar à Contratante, antes do início da vigência do seguro, os impedimentos à formalização do seguro, justificando-os e comprovando-os.

15.3 Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis -veículos, conforme os prazos estipulados no item 11.3 e 11.4 seguinte ao recebimento do aviso do sinistro, caso entenda que seja necessário;

15.4 Garantir a plena cobertura do bem móvel - veículo até o limite de valor declarado pela Contratante durante o prazo da apólice.

15.5 Comunicar a Contratante toda e qualquer irregularidade que observar na execução do contrato.

15.6 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da SUSEP – Superintendências de Seguros Privados.

15.7 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

15.8 Designar preposto, aceito pela JFMA, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, devendo fornecer e-mail e número de telefone em constata atualização para a devida comunicação com este órgão, sob pena de configurar descumprimento contratual e abertura de penalidade.

15.9 Executar os serviços de seguro veicular de forma a garantir sempre o máximo de resultados e provocar o mínimo de transtorno para a Justiça Federal no Maranhão quando forem acionados.

15.10 Ocorrendo sinistro, A SEGURADORA deverá realizar a liquidação dos sinistros, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento de todas as exigências feitas ao segurado.

15.11 Os bens deverão estar segurados contra os riscos previstos neste Termo de Referência durante o prazo da apólice.

15.12 Responder pelos danos causados diretamente a JFMA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela JFMA.

15.13 Não subempreitar global ou parcialmente os serviços avençados;

15.14 Prestar todas as informações solicitadas pela JFMA de forma clara, concisa e lógica;

15.15 A licitante vencedora fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993.

15.16 Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, consoante prazo regulamentar estabelecido pela superintendência de seguro privado - SUSEP;

15.17 Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela Seção Judiciária do Maranhão, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato (Arts. 78, inciso I e 87, da Lei nº 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, e na Lei.

15.18 A licitante vencedora se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente, em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

15.19 A CONTRATADA deverá emitir a apólice com especificações claras e detalhadas das coberturas, franquias e valor do prêmio de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

15.20 Entregar a apólice do seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, por meio eletrônico preferencialmente com confirmação de recebimento ou excepcionalmente à Seção de Segurança, Vigilância e Transporte da Seção Judiciária do Maranhão-SEVIT– e-mail: sevit.ma@trf1.jus.br, telefone (98) 3214-5706, situada na Avenida Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís/MA., em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 as 17 horas;

15.21 Providenciar as alterações na apólice solicitadas pela CONTRATANTE, através de endosso, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da comunicação do fato por parte da CONTRATANTE.

15.22 O fato de a SEGURADORA deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei;

15.23 Colocar à disposição da Contratante, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de ocorrência de sinistro ou de outras solicitações, a qual poderá ser acionada por e-mail, telefone, fax ou serviço online;

15.24 Cumprir com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, inerentes às condições determinadas no presente Termo de Referência;

15.25 A SEGURADORA permanece como única e total responsável perante o SEGURADO, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente, quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

15.26 Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o

direito à indenização não ficará prejudicado se o SEGURADO cobrir o débito até a data do vencimento, ou no 1º dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

15.27 Poderá haver alterações no seguro, tais como inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, na forma do art. 65 da Lei 8666/93, devendo ser emitido o respectivo endosso;

15.28 A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso do SEGURADO.

15.29 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

16. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, responsabilidade pela gestão desta contratação ficará a cargo da Seção de Segurança Vigilância e Transporte – SEVIT-MA, através do servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.

16.2 A fiscalização deste Contrato será realizada por servidor a ser indicado pela Diretoria Geral.

16.3 Contratada deverá disponibilizar telefone e e-mail para contato com os gestores;

16.4 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

16.5 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da Contratante, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Em caso de descumprimento pela Contratada das obrigações previstas neste instrumento, o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até cinco anos (art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c o art. 49 do Decreto 1002/2019).

17.1.1 As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 17.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

17.2 A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002.

17.3 O atraso injustificado na execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual, com exceção da prevista no subitem 17.5 desta Cláusula, sujeitará a Contratada à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia ou hora de atraso, conforme critério de prazo estabelecido, calculada sobre o valor da obrigação estabelecida (prêmio), até o limite de 10 (dez) dias corridos, quando o prazo referir-se a dias, ou até 10 (dez) horas corridas, quando o prazo referir-se a horas.

17.3.1 A partir do 11º dia, para os prazos em dias, ou 11ª hora, para os prazos em horas, a multa por dia ou hora passa a ser de 0,8% (oito décimos por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 17.3.

17.4 Para as obrigações em que não haja previsão de prazo para a sua realização, o Contratante notificará a Contratada estabelecendo prazo para o seu cumprimento, vencido o prazo, a Contratada estará em mora, aplicando-se o disposto no subitem 17.3.

17.5 A inexecução total ou parcial deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não executada ou sobre o valor total contratado (prêmio), respectivamente..

17.6 A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

17.6.1 A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para cumprimento da obrigação deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

17.6.2 O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

17.7 Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 17.3.

17.8 As multas ou os danos/prejuízos apurados poderão ser descontados dos pagamentos porventura ainda devidos, ou recolhidos ao tesouro nacional, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/93.

17.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.10 O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

18. DA VISTORIA

18.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria prévia, devidamente agendada, para os veículos localizados na Seção Judiciária da Capital, e Subseções Judiciárias de Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz, devendo ser agendada nos dias úteis, horário 09:00 horas às 15:00 horas, pelo telefone abaixo, com antecedência de até 2 dias úteis antes da data da abertura da licitação;

18.1.1 A vistoria poderá ser agendada junto à Seção de Segurança, Vigilância e Transporte da Seção Judiciária do Maranhão-SEVIT– e-mail: sevit.ma@trf1.jus.br, telefone (98) 3214-5706.

18.1.1.1 Os endereços para a vistoria nos veículos localizados nas Subseções Judiciárias estão descritos abaixo, sendo necessário o agendamento junto à Sevit, conforme o item 18.1.1;

**SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA**

ENDEREÇO

Subseção Judiciária de
Caxias

Rua 07-A Cidade Judiciária, CEP 65609-900 - Campo de Belem, Caxias - MA

Subseção Judiciária de Bacabal	R. Frederico Lêda, Centro, 1910, Bacabal - MA, 65700-000
Subseção Judiciária de Imperatriz	Av. Tapajós, S/N - Parque das Nações, Imperatriz - MA, 65912-900
Subseção Judiciária de Balsas	Rodoviária BR 230, s/n - Setor Industrial, Balsas - MA, 65800-000

18.2 As atividades de deslocamento nos automóveis são aquelas normalmente desenvolvidas quando da sua finalidade – prestação jurisdicional e respectivas atividades administrativas próprias ao funcionamento do órgão;

18.3 Há contrato de vigilância armada, portaria e monitoramento, para fins de vigilância dos bens quando estiverem dentro do próprio órgão;

18.4 Há em vigor contrato de manutenção preventiva e corretiva dos veículos para um melhor uso;

18.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos veículos, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

18.6 Caso opte pela não realização de vistoria, a licitante deverá declarar, conforme modelo anexo ao edital, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos bens móveis, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário - TCU.

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1 A contratação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da vigência do contrato, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluindo os primeiros 12 (doze) meses.

19.2 O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por igual período a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Prestação regular dos serviços.
- b) Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.
- c) Permanência da vantagem econômica para o Contratante.
- d) Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.
- e) Contratada não houver sido impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.3 No caso de prorrogação do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar nova apólice de seguro, com vigência para o novo período de 12 (doze) meses, sem interrupção com o período anterior.

19.4 A SEVIT apresentará à contratada o Valor Segurado, para fins da apresentação da nova apólice.

19.5 A taxa de prêmio - também denominada taxa comercial ou taxa de tarifa, obtida mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada, a cada prorrogação, não deverá exceder o percentual fixado na

proposta vencedora, incorporada ao contrato inicial.

20. DO REAJUSTE

20.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

20.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados (prêmio) poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

20.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

20.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

20.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

20.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

20.8 O reajuste será realizado por apostilamento;

21. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Quanto aos critérios de sustentabilidade, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.

22. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Quanto aos critérios medição de resultado, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.

23. DA HABILITAÇÃO

23.1 Certidão negativa da Fazenda Federal, da Fazenda Estadual da sede da licitante, da fazenda Municipal da sede da licitante;

23.1.1 Certidões negativa de FGTS e Trabalhista;

23.2 Como condição de habilitação no Certame, deverá a licitante **apresentar prova de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.**

24. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

24.1 O valor atual do Seguro Veicular atual é **R\$ 17.674,14 (dezessete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos)**, conforme as propostas apresentada 15509245 e Apólice 16376218;

24.2 A estimativa de preço médio conforme a pesquisa de preço para a aquisição do Serviço de prestação de Seguro veicular está conforme a tabela abaixo:

ESTIMATIVA 1	ESTIMATIVA 2	ESTIMATIVA 03	ESTIMATIVA MÉDIA
R\$ 20.667,45	R\$ 18.684,86	R\$ 17.638,64	R\$ 18.996,98

24.2.1 A estimativa de preço foi obtida mediante pesquisa de preço pela Seção de compras, conforme pesquisa junto ao site www.bancodepreco.com, conforme 17592094;

25. DOS FATORES E CONDIÇÕES DE DIMINUIÇÃO DE RISCOS

25.1 Na formulação de preços deverão ser levados em conta que os veículos objeto deste Termo de Referência, de regra, pernoitam e permanecem durante os dias úteis, finais de semana e feriados em garagem privativa coberta e guardada por vigilância ostensiva durante 24 horas ininterruptas e conta também com o sistema de câmeras que registram e gravam 24 horas por dia ininterruptas.

25.2 Os veículos são conduzidos, exclusivamente, por Agentes de Polícia Judicial e servidores autorizados pertencentes ao quadro de pessoal da Seção Judiciária do Maranhão.

26. CÓDIGOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS

26.1 O código SIASG do serviço de contratação de Seguro Veicular : **Código nº 22764**

26.2 O código SICAM do do serviço de contratação de Seguro Veicular é: **39.69.001.099**

São Luís, 01/03/2023

Gersonilson Silva Fonseca - SEVIT/MA

ANEXO I

MODELO DE FORMULAÇÃO DE PROPOSTA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: Bairro:

Cidade: CEP: Estado:

Contato/Representante legal:

RG: CPF:

Fone/Fax:

E-mail:

Dados para Pagamento:

Banco: Agência: Conta:

ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO (EXIGIDA SOMENTE EM CASO POSITIVO)

(Nome da Empresa)_____, CNPJ n.º _____, sediada_____ (endereço completo)_____, declara, em atendimento ao previsto no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023**, sob as penas da Lei, a superveniência dos fatos a seguir elencados, os quais poderão constituir-se em impeditivos da habilitação neste procedimento licitatório.

1. _____;
2. _____;
3. _____ (Especificar outros)

Local e data

nome/ qualificação e
n.º da identidade do declarante

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA REFERENTE AO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07/2005 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Nome da Empresa)_____, CNPJ n.º _____, sediada
_____(endereço completo)_____, declara, em atendimento ao
disposto no artigo 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça, que não
contratará durante a vigência da avença decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023
empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por
afinidade, até o 3º grau, de ocupantes de cargo de direção e assessoramento ou de juízes
vinculados à Seção Judiciária do Maranhão.

Declara, ainda, em atendimento ao previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição
Federal, que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito)
anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem empregados menores de 16(dezesseis)
anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

nome/ qualificação e
n.º da identidade do declarante

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente
constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto
no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em
especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1 . a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/ Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

3. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

6. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

ANEXO V

MODELO

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

A Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ N° XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, CEP n XXXXXXXXXXXX, declara por seu representante legal, o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXX CPF N° XXXXXXXXXX, ter ciência e conhece todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, responsabilizando-se integralmente, também, pela execução dos serviços nas condições descritas no Termo de Referência - Anexo I.

São Luís (MA), xx de xxxxx de 2022.

(assinatura do vistoriador)
CPF do vistoriador

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N /2023 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO E A EMPRESA....., O QUAL SE ORIGINOU DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N , AUTORIZADO PELO ORDENADOR DE DESPESA ÀS FOLHAS DESSES AUTOS.

A União, através da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO MARANHÃO, com registro no C.N.P.J./M.F. sob o nº 05.424.667/0001-35 e sede no Fórum Ministro Carlos Alberto Madeira, na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, nesta Capital - neste ato representada pelo MM Juiz Federal Diretor do Foro, Dr., brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n. SSP/...., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n , residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições legais - designada doravante simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, com registro no C.N.P.J./M.F. sob o nº, e sede na Rua....., na cidade de - neste ato representada pelo Sr....., brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº SSP-...., CPF nº, residente e domiciliado na, na cidade de - doravante designada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE SERVIÇOS** de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular dos veículos da Justiça Federal de 1º grau- Seção Judiciária do Maranhão, localizados em São Luís /Ma, tendo em vista o disposto nos autos do Procedimento Administrativo N., Edital do **Pregão N. 45/2022**, as disposições da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006, Decretos n. 3.555, de 08.08.2000, e 10.024, de 28.10.20189, e Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, demais legislação e normas aplicáveis, bem como nas seguintes Cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular dos bens móveis da Seção Judiciária da Justiça Federal no Maranhão, compreendendo os veículos oficiais da Seção Judiciária do Maranhão - Sede e das Subseções Judiciárias de Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz -MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 A contratação de SEGURO TOTAL (cobertura compreensiva), com assistência 24 (vinte e quatro) horas, de 18 (dezoito) veículos que compõem a frota de veículos oficiais da Seção Judiciária do Maranhão, conforme especificações constantes da tabela abaixo:

Nº	VEÍCULO	LOCALIZAÇÃO	CLAS. DE BÔNUS	VALOR DE MERCADO FIIPE (R\$)
01	TOYOTA/HILUX CD 4XD 2.8 TB 4p. MT DIESEL RON7H81, 2022/2022	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 229.670,00
02	GM/Cobalt, 2013/2013, Placa OIZ-5706.	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 38.314,00
03	Toyota Hilux CD 4X4, 2008/2008, Placa NDU- 7763.	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 92.005,00
04	Fiat Cronos 1.3 Flex, Ano/Modelo 2021/2022 Placa ROG5D68,	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 73.828,00
05	Ford/Fiesta Sedan 1.6 2013/2013, placa OJH-2403	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 34.398,00
06	Ford/Fiesta Sedan 1.6 2014/2014, Placa OXU-3275	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 36.054,00
07	GM/Spin. 2014/2015, Placa PSA-4592	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.543,00
08	GM/Spin. 2014/2015, Placa PSA-4602	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.543,00
09	Citroen/C4 pallas automático, 2.0, 2012, placa JDX- 1324	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 30.635,00
10	Renault/Logan 1.6 Expression, 2017/2018, placa PTA-3446	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.636,00
11	Renault/Logan 1.6 Expression, 2017/2018, Placa PTA-8965	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 43.636,00
12	Renault Master Minibus 2.3 executive, 2017/2018, placa PTA- 7219	Seção Judiciária do Maranhão – São Luís/MA	10	R\$ 160.286,00
13	Ford Ranger XL 4X4 2011/2012, Placa NXN-6907	Subseção Judiciária de Bacabal/MA	10	R\$ 69.452,00
14	VW/Amarok SE 4X4, 2013/2013, Placa OJG-2379	Subseção Judiciária de Balsas/MA	10	R\$ 91.320,00
15	Ford KA+ Sedan SE 1.5 SD, Ano/ Modelo 2020, Placa PTX6B62	Subseção Judiciária de Caxias/MA	10	R\$ 57.698,00

16	Fiat/palio weekend, 2006/ placa HQB-8285	Subseção Judiciária de Caxias/MA	10	R\$ 20.678,00
17	Ford/ecosport,201 6, placa PSN-0053	Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	10	R\$ 67.172,00
18	Ford KA+ Sedan SE 1.5 SD, Ano/ Modelo 2020, Placa PTX6B66	Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	10	R\$ 57.698,00

1.3 Os referidos veículos possuem seguro atualmente, conforme a Apólice 2143000091931, com vigência até o dia 15/05/2023

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

2.1 A presente contratação obedecerá ao estipulado neste Contrato e no Termo de Referência, bem como ao estabelecido no ato convocatório da licitação que lhe deu origem (Pregão Eletrônico nº XX/2023) e todos os seus anexos, e nas obrigações assumidas pela **CONTRATADA** através da proposta firmada em XX/XX/XXXX, constante do documento de n.º XXXXXXXX do Procedimento SEI nº xxxxxxxxxxxxxxxx , e dirigida ao **CONTRATANTE**, documentos que, independentemente de transcrição, integram e complementam o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO SUPORTE LEGAL

3.1 O presente instrumento foi precedido de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, registrado sob o número XX/2023, e celebrado nos termos da Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, observadas todas as alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1 Pela prestação de serviços de seguro predial, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ XXXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**,

PARÁGRAFO ÚNICO - Incluem-se nos preços contratados neste instrumento os valores relativos às obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, acidentes de trabalho, infortunistica, fretes, prêmios de seguros, materiais, mão de obra, garantia e demais custos diretos e indiretos que possam ou venham a incidir no adimplemento do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

5.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

5.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados

(prêmio) poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

5.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

5.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

5.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

5.8 O reajuste será realizado por apostilamento;

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através do Programa de Trabalho Resumido 096903 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional, Plano Orçamentário 0000 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - DES , Natureza da Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros - PJ).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

6.1 DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

6.1.1 Para efeitos de pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar documento de cobrança, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta-corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

6.1.2 A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

a) Certidão de regularidade com a Seguridade Social;

b) Certidão de regularidade com o FGTS;

c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

e) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.1.3 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela licitante vencedora, no Setor de Protocolo da Seção Judiciária do Maranhão, localizado no edifício sede, situado na Av. Senador Vitorino Freire – Areinha , nº 300, São Luís – MA, CEP – 65025-470 ou enviado ao email: sevit.ma@trfl.jus.br;

6.1.4 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital, no Termo

de Referência e no instrumento contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

6.1.5 Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do seu recebimento, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

6.1.6 O pagamento será efetuado em parcela única, mediante crédito em conta corrente até o 5 (cinco) dias úteis após o atesto do documento de cobrança e cumprimento da perfeita realização dos serviços e prévia verificação da regularidade fiscal da licitante vencedora.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 A contratação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da vigência do contrato, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluindo os primeiros 12 (doze) meses.

8.2 O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por igual período a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

a) Prestação regular dos serviços.

b) Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.

c) Permanência da vantagem econômica para o Contratante.

d) Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.

e) Contratada não houver sido impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3 No caso de prorrogação do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar nova apólice de seguro, com vigência para o novo período de 12 (doze) meses, sem interrupção com o período anterior.

8.4 A SEVIT apresentará à contratada o Valor Segurado, para fins da apresentação da nova apólice.

8.5 A taxa de prêmio - também denominada taxa comercial ou taxa de tarifa, obtida mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada, a cada prorrogação, não deverá exceder o percentual fixado na proposta vencedora, incorporada ao contrato inicial.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução dos serviços ora contratados;

9.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.3 Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer sinistro que tenha conhecimento;

9.4 Providenciar o Registro de Ocorrência junto aos Órgãos competentes, em casos de sinistros;

9.5 Fornecer à CONTRATADA ou facilitar o acesso a toda espécie de informação sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;

9.6 Aguardar autorização da CONTRATADA para iniciar a reparação dos danos ocorridos nos bens móveis - veículos na respectiva oficina credenciada pela CONTRATADA;

9.7 Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Termo de Referência;

9.8 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e neste Termo de Referência;

CLÁUSULA DÉCIMA -DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes da presente contratação, tendo em conta que o valor por grupo proposto é líquido e certo.

10.2 Informar à Contratante, antes do início da vigência do seguro, os impedimentos à formalização do seguro, justificando-os e comprovando-os.

10.3 Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis -veículos, conforme os prazos estipulados no item 11.3 e 11.4 seguinte ao recebimento do aviso do sinistro, caso entenda que seja necessário;

10.4 Garantir a plena cobertura do bem móvel - veículo até o limite de valor declarado pela Contratante durante o prazo da apólice.

10.5 Comunicar a Contratante toda e qualquer irregularidade que observar na execução do contrato.

10.6 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da SUSEP – Superintendências de Seguros Privados.

10.7 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

10.8 Designar preposto, aceito pela JFMA, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, devendo fornecer e-mail e número de telefone em constante atualização para a devida comunicação com este órgão, sob pena de configurar descumprimento contratual e abertura de penalidade.

10.9 Executar os serviços de seguro veicular de forma a garantir sempre o máximo de resultados e provocar o mínimo de transtorno para a Justiça Federal no Maranhão quando forem acionados.

10.10 Ocorrendo sinistro, A SEGURADORA deverá realizar a liquidação dos sinistros, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento de todas as exigências feitas ao segurado.

10.11 Os bens deverão estar segurados contra os riscos previstos neste Termo de Referência durante o prazo da apólice.

10.12 Responder pelos danos causados diretamente a JFMA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela JFMA.

10.13 Não subempreitar global ou parcialmente os serviços avençados;

10.14 Prestar todas as informações solicitadas pela JFMA de forma clara, concisa e lógica;

10.15 A licitante vencedora fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993.

10.16 Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, consoante prazo regulamentar estabelecido pela superintendência de seguro privado - SUSEP;

10.17 Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela Seção Judiciária do Maranhão, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato (Arts. 78, inciso I e 87, da Lei nº 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, e na Lei.

10.18 A licitante vencedora se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente, em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

10.19 A CONTRATADA deverá emitir a apólice com especificações claras e detalhadas das coberturas, franquias e valor do prêmio de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

10.20 Entregar a apólice do seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, por meio eletrônico preferencialmente com confirmação de recebimento ou excepcionalmente à Seção de Segurança, Vigilância e Transporte da Seção Judiciária do Maranhão-SEVIT– e-mail: sevit.ma@trf1.jus.br, telefone (98) 3214-5706, situada na Avenida Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís/MA., em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 as 17 horas;

10.21 Providenciar as alterações na apólice solicitadas pela CONTRATANTE, através de endosso, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da comunicação do fato por parte da CONTRATANTE.

10.22 O fato de a SEGURADORA deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei;

10.23 Colocar à disposição da Contratante, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de ocorrência de sinistro ou de outras solicitações, a qual poderá ser acionada por e-mail, telefone, fax ou serviço online;

10.24 Cumprir com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, inerentes às condições determinadas no presente Termo de Referência;

10.25 A SEGURADORA permanece como única e total responsável perante o SEGURADO, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente, quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

10.26 Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o SEGURADO cobrir o débito até a data do vencimento, ou no 1º dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

10.27 Poderá haver alterações no seguro, tais como inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, na forma do art. 65 da Lei 8666/93, devendo ser emitido o respectivo endosso;

10.28 A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso do SEGURADO.

10.29 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

11.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Em caso de descumprimento pela Contratada das obrigações previstas neste instrumento, o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até cinco anos (art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c o art. 49 do Decreto 1002/2019).

12.1.1 As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 12.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

12.2 A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002.

12.3 O atraso injustificado na execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual, com exceção da prevista no subitem 12.5 desta Cláusula, sujeitará a Contratada à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia ou hora de atraso, conforme critério de prazo estabelecido, calculada sobre o valor da obrigação estabelecida (prêmio), até o limite de 10 (dez) dias corridos, quando o prazo referir-se a dias, ou até 10 (dez) horas corridas, quando o prazo referir-se a horas.

12.3.1 A partir do 11º dia, para os prazos em dias, ou 11ª hora, para os prazos em horas, a multa por dia ou hora passa a ser de 0,8% (oito décimos por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 12.3.

12.4 Para as obrigações em que não haja previsão de prazo para a sua realização, o Contratante notificará a Contratada estabelecendo prazo para o seu cumprimento, vencido o prazo, a Contratada estará em mora, aplicando-se o disposto no subitem 12.3.

12.5 A inexecução total ou parcial deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não executada ou sobre o valor total contratado (prêmio), respectivamente..

12.6 A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

12.6.1 A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para cumprimento da obrigação deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

12.6.2 O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

12.7 Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 12.3.

12.8 As multas ou os danos/prejuízos apurados poderão ser descontados dos pagamentos porventura ainda devidos, ou recolhidos ao tesouro nacional, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/93.

12.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.10 O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar sua rescisão, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo do disposto na Cláusula das Penalidades e Recursos Administrativos, do presente instrumento.

§ 1º No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o **CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras;

§ 2º Nos casos de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Fica eleito pelas partes o Foro Federal de São Luís/MA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento, com renúncia de qualquer outro.

São Luís - MA, de de

Pela Contratante: Pela Contratada:

Juiz Federal Diretor do Foro

Representante da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Celia Silva Faria, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 13/03/2023, às 15:37 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **17654359** e o código CRC **1CD2D1A6**.

